

Marco Antonio Barbosa de Freitas

Tutelas Provisórias
Individuais nos Contratos
de Plano de Saúde

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2018

Copyright © 2018 by Marco Antonio Barbosa de Freitas

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Bianca Callado

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

F866t

Freitas, Marco Antonio Barbosa de.

Tutelas provisórias individuais nos contratos de plano de
saúde / Marco Antonio Barbosa de Freitas. – Rio de Janeiro :
Lumen Juris, 2018.

176 p.: il. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 143-153.

ISBN 978-85-519-0818-1

1. Direito Processual. 2. Plano de Saúde. 3. Tutela Provisória.
4. Direito à Saúde. 5. Direitos Fundamentais. I. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio: Examinando um Grande Estudo Jurídico.....	XI
Apresentação.....	XV
Introdução.....	1
1 O Direito Fundamental à Saúde.....	5
1.1 Conceito de saúde.....	5
1.2 O Direito à Saúde contemplado como Direito Social na Constituição Federal de 1.988.....	11
1.3 O Sistema Misto adotado no Brasil: a alternativa da Saúde Suplementar.....	15
2 Contratos de Assistência Privada à Saúde.....	21
2.1 Breve histórico acerca do surgimento das relações de Direito Privado com o intuito de suplementar a atividade estatal.....	21
2.2 Contextualização da Saúde no Ordenamento Jurídico Pátrio.....	26
2.3 Da incidência do Código de Defesa do Consumidor: o contrato de plano de saúde como relação de consumo.....	35
2.4 O Diálogo das Fontes nos Contratos de Assistência Privada à Saúde.....	39
2.5 A Regulação na Saúde Suplementar: ANS.....	46
3 A Crise Relacional Causadora da Crescente Judicialização nos Contratos de Assistência Privada à Saúde.....	53

3.1 O extremismo da década de 80 (Pró-Empresas), cotejado com o extremismo da década da virada do milênio (Pró-Consumidor): A explosão da judicialização potencializada nos anos 10, questionando os limites de cobertura dos Planos de Saúde.....	53
3.2 Causas.....	56
3.2.1 A universalização do direito à Saúde garantida na Constituição Federal, como distúrbio intelectual da interpretação da relação contratual de Direito Privado.....	56
3.2.2 A extremada interpretação da Lei n.º 8.078/90 em prol do consumidor.....	58
3.2.3 As consequências da intervenção da ANS por meio de suas resoluções.....	63
3.3 O desvirtuamento da função social do contrato e da boa-fé objetiva.....	66
3.4 Estatística recente no Estado de São Paulo.....	75
3.5 A dupla intervenção estatal fulminando o equilíbrio da relação contratual.....	80
4 As Tutelas Provisórias no Novo Código de Processo Civil e sua Aplicação nos Contratos de Assistência Privada à Saúde.....	89
4.1 A ideia das tutelas provisórias e a sua recente consolidação no novo Código de Processo Civil.....	89
4.2. A relevante distinção entre tutela antecipatória da jurisdição final e a mera tutela cautelar, com previsão de requisitos comuns.....	91
4.3 As medidas cautelares no novo Código de Processo Civil e o seu atual desafio procedimental.....	94
4.4 A recente inserção de procedimento típico para a tutela antecipatória e a possibilidade de sua estabilização.....	98
4.5 A positivação da tutela da evidência.....	102

4.6 A discussão processual sobre a reversibilidade das tutelas provisórias exaurientes em obrigação decorrente dos contratos de planos de saúde.....	105
4.7 A necessária distinção entre urgência e emergência na área da saúde e o drama do jogador abandonado. Os Núcleos de Apoio Técnico ao Poder Judiciário (NAT-JUS).....	109
4.8 A judicialização estancada nas tutelas provisórias por meio de Súmulas: a pedagogia desperdiçada pelo Poder Judiciário.....	118
Conclusão.....	137
Referências.....	143